

RELATÓRIO

17a. Reunião Anual do Programa de Meio Ambiente



Belém / PA – Brasil
27 – 30 de Outubro de 2009

Preparado por Elza Suely Anderson

Suporte:  **NobreEventos**

ÍNDICE

Sumário Executivo.....	1
1. Abertura.....	3
2. <u>Painel 1</u> : REDD: Tendências e Oportunidades.....	3
3. <u>Painel 2</u> : Relação entre Comunidades, Empresas e Recursos Naturais na Amazônia.....	5
4. Avaliação e Resultados dos Cursos de Capacitação em Captação de Recursos e M&A.....	9
5. <u>Painel 3</u> : Povos da Floresta, Conservação e Autonomia: desafios, tendências e oportunidades.....	9
6. <u>Painel 4</u> : As Mulheres da Floresta: agenda, preocupações e horizontes.....	11
7. <u>Painel 5</u> : Origem Responsável e Compra Responsável.....	13
8. <u>Painel 6</u> : Conservação e Recuperação de Áreas Degradadas.....	14
9. Conclusões e Avaliação.....	16
10. Visita de Campo a Paragominas, PA.....	17

ANEXOS

1. Agenda da Reunião.....	18
2. Lista de Siglas.....	22

SUMÁRIO EXECUTIVO

A 17ª. Reunião anual do Programa de Meio Ambiente da USAID/Brasil ocorreu em Belém, Pará, entre 27 e 30 de outubro de 2009. A reunião teve a participação de 106 pessoas (37 mulheres e 69 homens), representando 57 instituições (incluindo instituições convidadas e também as parceiras do Programa), 12 Estados brasileiros e um internacional (Washington, DC), 10 autoridades de organismos governamentais e 12 representantes da USAID (03 dos Estados Unidos).

O tema central da reunião de 2009 foi “A Valorização da Floresta em Tempos de Mudanças”. Dentro desta perspectiva, o evento incluiu uma estrutura de seis painéis, com a participação de um moderador e entre quatro e seis expositores para cada painel, com sessões de perguntas e respostas ao final das exposições. Os painéis abordaram os seguintes temas: (1) REDD: Tendências e oportunidades; (2) Relação entre Comunidades, Empresas e Recursos Naturais na Amazônia; (3) Povos da Floresta, Conservação e Autonomia: desafios, tendências e oportunidades; (4) As Mulheres da Floresta: agenda, preocupações e horizontes; (5) Origem Responsável e Compra Responsável; e (6) Conservação e Recuperação de Áreas Degradadas. Outras sessões da reunião incluíram: (a) A Estratégia da USAID/Brasil para 2009-2014; (b) Visão geral do Programa de Meio Ambiente no Brasil; e (c) Resultados dos cursos de capacitação em monitoramento e avaliação e captação de recursos.

Na abertura da reunião o Coordenador do Programa de Meio Ambiente Eric Stoner apresentou a estratégia recentemente desenvolvida pela USAID/Brasil, que inclui três componentes: (1) Capacidade de instituições e indivíduos sobre gestão de paisagens em fronteiras econômicas fortalecida; (2) Terras públicas sob manejo sustentável expandidas; e (3) Terras privadas sob manejo sustentável expandidas. Temas transversais incluem a alavancagem de recursos por meio de parcerias entre os setores público e privado, e questões de gênero e mulheres no desenvolvimento.

Continuando com os esforços de fortalecimento do Programa de Meio Ambiente, a USAID/Brasil lembrou os parceiros que dois trabalhos de consultoria já tiveram início: (1) uma avaliação do desempenho do Programa para verificar os sistemas de monitoramento, coleta de dados e procedimentos de relatoria; e (2) uma avaliação e monitoramento dos programas envolvendo questões indígenas.

Com relação aos painéis temáticos, vale ressaltar a experiência do programa “Município Verde” de Paragominas, Pará, apresentada pelo Exmo. Prefeito Sr. Adnan Demachki durante o 5º. Painel sobre Origem Responsável e Compra Responsável. Paragominas -- local da visita de campo realizada por 25 participantes no terceiro dia da agenda da reunião (30 de outubro de 2009) -- tem sido bem sucedida na redução desmatamento mediante forte apoio público e privado para a utilização de práticas de produção responsáveis e esforços para eliminar a extração ilegal de madeira. Durante a visita os participantes tiveram a oportunidade de ver experiências integradas de agricultura e pastagem, uma área reflorestada, uma fábrica de pisos de madeira, e o Parque Ambiental da cidade. Em 2010 a USAID/Brasil apoiará a implementação de um sistema efetivo de registro das propriedades rurais de Paragominas, em parceria com a TNC.

A relevância de um sistema eficiente de monitoramento e avaliação foi destacada. Neste contexto, uma Avaliação da Qualidade dos Dados foi conduzida, e um curso sobre Monitoramento e Avaliação

foi oferecido pela USAID/Brasil aos seus parceiros. Os resultados dos cursos oferecidos foram apresentados e discutidos. Os dois cursos (M&A e Captação de Recursos) foram apresentados em Belém, Rio Branco, Porto Velho e Brasília, envolvendo 171 participantes representando 73 ONGs e 24 instituições públicas. Durante as discussões, participantes do curso apresentaram seus depoimentos sobre como eles aplicaram os conhecimentos adquiridos em seus ambientes de trabalho, e alguns reportaram ter usado os materiais dos cursos para treinar outras pessoas.

Durante a reunião, a USAID distribuiu Prêmios com Certificados Oficiais de Reconhecimento e Apreciação a oito representantes das instituições parceiras e líderes comunitários que se destacaram por seus esforços valiosos em relação ao Programa durante 2009, e também por suas contribuições para o desenvolvimento sustentável na região amazônica, em várias áreas: (1) Paulo Amaral, Pesquisador do IMAZON; (2) Manuel Amaral, Coordenador Técnico do IEB/Pará; (3) Vasco Van Roosmalen, Diretor da ACT/Brasil; (4) Major Alessandro Mariano Rodrigues, da Brigada de Incêndio de Mato Grosso; (5) Enrico Bernardi, Gerente de Projetos da Visão Mundial; (6) Vanderleide Ferreira de Souza, do CNS de Lábrea, Amazonas; (7) Luzia Santos da Silva, STR de Boca do Acre, Amazonas; e (8) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB – instituição que recebeu o prêmio através de seu Gerente Executivo Kleber Karipuna.

A 17ª. Reunião anual do Programa de Meio Ambiente da USAID foi avaliada de modo positivo pela maioria dos participantes, com a ressalva de que 60% dos 39 que responderam à ficha de avaliação consideraram insuficiente o tempo para perguntas e debates. Predominaram as sugestões de diminuir o número de painéis e/ou o número de expositores por painel nas próximas reuniões. A maioria reportou que a reunião foi muito relevante para seu desenvolvimento profissional, possibilitando uma ampliação de seus conhecimentos. O evento promoveu a troca de experiências sobre boas práticas de manejo, lições aprendidas, e discussões sobre as áreas temáticas dos seis painéis, que cobriram uma ampla variedade de assuntos atuais e relevantes para o desenvolvimento sustentável Amazônia brasileira.

Observação: Todos os conteúdos apresentados durante as exposições dos vários painéis e outras sessões da reunião, bem como fotos da reunião estão disponibilizados no site www.usaid.gov/brazil.

1. ABERTURA

Eric Stoner (USAID): Eric comentou sobre fatos marcantes recentes no setor ambiental, tais como: (i) o compromisso de redução do desmatamento na Amazônia em 80% até 2020, comparado com a linha de base de 1996-2005; e (ii) a tendência dos grandes frigoríficos de assumirem o compromisso de adquirir carne de origem legal. Mencionou ainda novidades do programa, inclusive:

- A contratação de um novo membro para a equipe, em dezembro de 2009;
- A perspectiva de um acordo para conversão da dívida no valor de US\$ 20 milhões, destinados à criação de um fundo para restauração da Mata Atlântica (administrado pelo FUNBIO), pendente da aprovação do governo brasileiro, até 30/11/2009; e
- A potencial expansão do programa para incluir outros biomas, como o Cerrado.

Elke Costanti (USAID): Fez um balanço geral do programa, incluindo a apresentação dos temas da nova estratégia, que inclui três componentes:

- IR 1: Capacidade fortalecida de instituições e indivíduos em fronteiras econômicas para o manejo de paisagens;
- IR 2: Expansão de terras públicas sob gestão ambiental sustentável;
- IR 3: Expansão de terras privadas sob gestão ambiental sustentável.

A partir de 2010, a USAID/Brasil continuará seus esforços de aprimorar a gestão, coordenação, coleta de dados e processos de relatório de seus resultados, de forma a atender às recomendações da Auditoria de Desempenho realizada no início do Ano Fiscal 2009:

- Haverá um “follow-up” da Auditoria de Desempenho;
- A USAID continuará a aperfeiçoar o sistema de indicadores e o *Performance and Management Plan* (PMP) do Programa de Meio Ambiente;
- Os parceiros devem fornecer os locais geo-referenciados dos seus projetos para inclusão no mapa interativo do programa, a ser desenvolvido com apoio do Serviço Florestal dos Estados Unidos (mapas de parceiros e mapas temáticos).

2. PAINEL 1: REDD - Tendências e oportunidades

Moderador: **Anthony Anderson (WWF-Brasil)**

Expositores:

1) Tasso Rezende Azevedo (MMA) – Valorização da floresta.

Há vários componentes de valores da floresta:

- Valores tangíveis, derivados de uma grande variedade de produtos que fornecem segurança alimentar (frutos, caça, pesca, etc.), construções, saúde, energia, que vêm sendo gradativamente substituídos pela agropecuária, mineração (energia de fontes fósseis), produtos sintéticos (químicos), etc.
- Valores intangíveis, tais como os serviços ambientais presentes no ciclo hidrológico, controle de pragas, absorção e estocagem de carbono da atmosfera, etc.

Podemos dimensionar os valores desses serviços de várias maneiras:

- Co-relacionar com algo que conhecemos e que tenha valor;
- Empacotar na forma de produto transacionável – como o crédito de carbono.

Como determinar “quem paga a conta?”:

- Identificar o conceito do poluidor-pagador (quem ameaça o benefício intangível da floresta é quem paga – ex: taxa de esgoto, reposição florestal);
- Identificar quem se beneficia diretamente (ex: taxa de água);
- Estabelecer um produto transacional específico (chamado “cap”, ex: limitar o quanto alguém pode emitir de carbono).

Quem recebe o benefício? Conceito de propriedade, respeitando as regras previstas. Mas tem as exceções, onde o proprietário não é o responsável pelo benefício (ex: terras indígenas que são da União).

2) Paulo Moutinho (IPAM) – Brasil: O berço do REDD.

O Brasil é o país mais bem posicionado para implementar uma política de REDD. Desmatamento é um problema sério e o Brasil é um país chave. A maior parte dos gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil origina do desmatamento e das queimadas. Ao mesmo tempo, entre os países com florestas tropicais, o Brasil é o que tem a maior governança no setor florestal. Já temos: (i) metas amazônicas; (ii) planos estaduais (Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso); (iii) sistema eficiente de monitoramento; (iv) sistemas de UCs e TIs; (v) sociedade organizada (representações indígenas atuantes, GTA, etc.). Conservamos mais de 44% da Amazônia. Devemos ter um reconhecimento sobre essa decisão da sociedade em preservar essas áreas.

REDD não pode ser encarado como saco de projetos. É preciso estar integrado dentro de uma política florestal, criando um sistema de valoração e de comercialização.

Atualmente a pergunta chave é: Como distribuir os benefícios de REDD de uma forma justa para viabilizar menos emissões futuras?

3) Brenda Brito (IMAZON) – Governança florestal para REDD.

Há cinco princípios de boa governança: (i) transparência – da implementação das regras; (ii) participação pública; (iii) coordenação – se a aplicação dos sistemas está sendo coordenada entre as diferentes instituições; (iv) capacidade – se os atores têm capacidade de participar do processo; e (v) responsabilização-prestação de contas – identificar se existe um processo de retorno para a sociedade.

Em um projeto conjunto com ICV/MT e WRI abrangendo Brasil e Indonésia, IMAZON está trabalhando em quatro áreas temáticas: (i) fundiária; (ii) manejo florestal; (iii) ZEE – planejamento de utilização das áreas florestais; e (iv) incentivos econômicos e distribuição de renda – como está sendo aplicado na prática. Estamos gerando uma matriz que avalia os princípios para orientar os doadores e as instituições que vão implementar.

4) Anthony Anderson (WWF) – Política de REDD no estado do Acre.

O Acre está desenvolvendo um arcabouço legal e técnico de uma política de REDD. Em contraste com outros Estados, o Acre está fazendo isso antes de partir para projetos específicos de REDD em campo. Contexto político:

- O Estado tem feito o ZEE;
- O Plano Estadual de combate ao desmatamento já está desenvolvido; e
- Já existe uma política de incentivos florestais como um programa voluntário que paga um valor e fornece serviços a produtores que diminuem o desmatamento e fogo. Esse programa hoje tem quase 1.000 participantes.

A política de REDD, em fase de desenho, visa reduzir o desmatamento em 80% em relação à linha de base até 2020. O governo pretende atingir esta meta por meio de uma série de incentivos para a conservação da floresta (para grupos indígenas e comunidades tradicionais) e a redução de emissões (para assentados e proprietários privados).

A política inclui duas formas de remuneração:

- Incentivos para os serviços ambientais – remuneração de ações estruturantes para os atores melhorarem seus sistemas de produção, diminuindo a pressão na floresta;
- Venda de créditos e pagamentos por serviços ambientais – que virá quando as regras do jogo estiverem definidas.

Debate

Paulo Moutinho – REDD não é panacéia, apenas serve como “janela” para mudar uma lógica de degradação e crescimento econômico. Precisamos diversificar os financiadores, com um mecanismo de mercado que permita a troca entre os países.

Tasso – O REDD é uma conta nacional. Sai da lógica do MDL, um mecanismo falido que não consegue medir a emissão reduzida. O nosso desafio na questão climática é limitar a emissão global do planeta em 1.800 gigatons no próximo século. O planeta emite hoje 50 gigatons. Para ter mecanismo compensatório tem que ter metas de redução de emissões por todos os países. Conseguimos convencer o governo de que 2° C é o máximo que podemos aumentar a temperatura, e que vamos reduzir as emissões do Brasil em torno de 40%.

O carbono é só uma oportunidade de empacotar um valor. Mas o peso desse empacotamento não deve ser colocado nas costas de quem já está cuidando da floresta. Qualquer sistema deve ter como base o passado imediato e não comprometer o comportamento futuro, onde o nível de informação é bem menor. É melhor não colocar o dinheiro nas mãos das pessoas, mas cabe às comunidades decidirem como gerir o recurso.

3. PAINEL 2: Relação entre Comunidades, Empresas e Recursos Naturais na Amazônia

Moderador: **Manuel Amaral (IEB)**

Expositores:

1) Andréa Travassos (IPÊ): *Marketing relacionado a causas*

O IPÊ sentiu a necessidade de captar recursos sem restrições e pensou nas estratégias que poderiam ser adotadas para atingir este objetivo. Da missão original de pesquisa científica como base para ações em conservação, a partir de 2003 a missão do IPÊ é de *desenvolver e disseminar modelos inovadores de conservação da biodiversidade que promovam benefícios sócio-econômicos por meio de ciência, educação e negócios sustentáveis*. A partir desta redefinição criamos três núcleos: (i) desenvolvimento institucional; (ii) negócios sustentáveis; e (iii) comunicação.

- Nossa maior parceria é com as Havaianas (em 5 anos, mais de 3.700.000 pares de sandália vendidos e R\$ 1.800.000,00 lucrados), que gerou muita visibilidade e recursos para o IPÊ e atraiu outros parceiros e outros negócios, tais como Faber Castell, Conga, Bimbo, Martins e Vivo;
- O que a empresa ganha: adiciona valor à marca, segmentação de mercado, aproximação do consumidor consciente, possibilidade de geração de novos negócios;

- Os processos são: planejamento e implementação junto à empresa, apresentação da proposta com ênfase nos ganhos de cada parceiro, com avaliação constante dos planos e da continuidade;
- O que aprendemos: persistência, transparência, contato constante com as empresas e seus representantes, capacitação em desenvolvimento institucional, e confiança;
- Preferimos escolher os parceiros que tenham valores próximos aos nossos, do que sermos escolhidos.

2) Julio Gonchorosky (ICMBio): *Ecoturismo em áreas protegidas*

O ICMBio foi criado para proteger as UCs instituídas pela União. Como Andréa Travassos falou, existem bons negócios que podem ser ferramentas para a proteção do meio ambiente. Os parques nacionais, por exemplo, foram criados exatamente para isso. Temos 64 parques no Brasil, mas 34 estão fechados à visitação. Devemos promover uma mudança de cultura da sociedade brasileira em relação a parques. Estamos trabalhando prioritariamente em melhorar a estrutura de visitação de 25 parques, a exemplo da Serra da Capivara do Piauí.

Em 2008 o ICMBIO arrecadou R\$ 10 milhões de ingressos, dois quais R\$ 5 milhões apenas do parque de Iguazu. O custo para ter uma estrutura de cobrança e transporte de passageiros dentro das unidades é quase tão alto quanto o que se arrecada.

- Os PARNAs são os mais desenvolvidos para visitação e foram criados especialmente para isso. Ex: PARNA do Iguazu;
- Nossa cultura não valoriza a visitação aos parques nacionais. Isto se deve também às restrições dos órgãos ambientais e à falta de estímulo à visitação;
- O primeiro passo para melhorar esse cenário é criar estruturas nessas áreas que favoreçam uma mudança de cultura. Além de criar programas de incentivo;
- Quem é capaz de levar os visitantes aos parques são dois atores: as comunidades que moram no entorno e dentro da UC e o pessoal que trabalha na UC. Temos a possibilidade de mudar as culturas internas.

3) Raimundo Ermino Neto (COOPALJ): *Empresas, comércio justo e fortalecimento de comunidades no Médio Mearim maranhense*

- A ASSEMA foi criada em 1989, a partir da necessidade das organizações dos assentados, e com o propósito de capacitação para o comércio justo;
- O forte das cooperativas que apoiamos--COOPALJ (Lago do Junco) e COOPAESP (Esperantinópolis)--é o babaçu. 90% das famílias têm a renda oriunda do extrativismo do babaçu, que representa 50% de complemento de sua renda;
- O mesocarpo é uma parte de massa nutritiva. Temos uma unidade de processamento para extração de mesocarpo da amêndoa do babaçu. A extração é semi-artesanal, mas com muita qualidade. Produzimos 180 toneladas/ano, e temos uma parceria com a CONAB para fornecer o mesocarpo para a merenda escolar;
- Nosso óleo tem um selo verde feito pelo IBD desde 1996. Crescemos muito na questão mercadológica, mas eles cobram 1% de cada venda certificada. Tivemos dificuldade em nos adequar a esse modelo imposto pela certificadora;
- Passamos três anos negociando com a Natura sobre o acesso ao patrimônio genético. Eles descobriram um principio ativo do óleo que serve para cosméticos. A Natura achava que ia passar para a cooperativa um investimento, mas nós entendemos que era um direito nosso ter acesso a esse conhecimento genético. Envolvemos os órgãos de MP e conseguimos assinar um contrato com direitos justos para as comunidades;

- Desafios: consolidar mercados justos e solidários, ampliar capacidade de beneficiamento dos subprodutos, e fortalecer as cooperativas para que as relações com as empresas sejam feitas em pé de igualdade.

4) Fábio Abdalla (Alcoa): *Juruti Sustentável: proposta de modelo de desenvolvimento local*

- O município de Juruti fica a oeste do Pará, possui aproximadamente 35 mil habitantes e seu IDH é o 10º. menor do país;
- A mina de Juruti tem uma reserva de 700 milhões de toneladas de bauxita A produção prevista é de 2,6 bilhões de toneladas ao ano;
- Precisamos investir nas capacidades dos territórios para que eles não sejam só minerais e tenham outras maneiras de se desenvolver;
- A idéia do Juruti Sustentável é de um tripé que combina a necessidade de construir um espaço de diálogo permanente com as partes e de ter informações qualificadas sobre a dinâmica do desenvolvimento local. Após criar um conselho e definir indicadores de desenvolvimento sustentável, agora estamos desenvolvendo um instrumento executivo que permite a criação de um fundo com investimentos complementares.
- O Fundo Juruti apóia pequenos projetos. Acabamos de lançar o primeiro edital e recebemos inicialmente 120 cartas propostas, 60 apresentaram projetos e aprovamos 18 projetos do tipo 1 (até 10 mil reais) ou tipo 2 (até 50 mil reais). São pequenos projetos para a fase piloto do fundo.

5) Raimundo Moraes (Ministério Público): *Controle público e desenvolvimento de capacidades: Controle social x Controle estatal*

- Um acidente ambiental que ocorreu em Barcarena nos dá oportunidade de falar dos riscos ambientais, da racionalidade e irracionalidade do mercado;
- A empresa causadora do acidente, Ymeris, produz 1.600.000 toneladas/ano de caulim. Em 2007, Ymeris causou um acidente de 300 mil m³ de rejeitos de caulim, atingindo a bacia do rio Pará;
- A empresa foi interditada, as famílias foram atendidas e as comunidades prejudicadas também, com a atuação de vários órgãos;
- Meses depois assinamos um TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que busca compreender todas as obrigações, econômicas e morais, para tentar recompor o que aconteceu no acidente;
- O ponto principal é que a empresa deveria aperfeiçoar o processo industrial, para diminuir o rejeito de caulim. Esse rejeito é quase três vezes mais valioso do que aquele que oferece no mercado.

6) Eliane Moreira (Ministério Público): *Visão sobre essas parcerias*

- Não acredito em parceria justa e equitativa entre comunidades e empresas, com base nas experiências que temos tido no Brasil;
- A situação da ALCOA reflete apenas uma tentativa de consertar o erro que foi feito anteriormente. O estudo ambiental que houve, por exemplo, não incluiu a comunidade de Juruti Velho;
- É comum observar o não reconhecimento da diversidade sócio-cultural, a assimetria dos poderes, e a imposição de planos (planejamento da empresa imposto à comunidade, e a negação do planejamento da comunidade). As comunidades acabam tendo que se contentar com os danos e as migalhas dadas pelas empresas;
- Reflexões: (i) o modelo adotado pelas empresas em relação às comunidades é sustentável? (ii) existe possibilidade de desenvolvimento para as comunidades sem a intervenção de

empresas na cadeia produtiva? (iii) as ONGs podem atuar como um elo da cadeia produtiva, fortalecendo os sistemas produtivos?

Debate

Esse painel é muito interessante. A gente tem questões de escala de uma ALCOA e de uma cooperativa. Temos a questão da variedade do processo produtivo, onde cada cadeia produtiva tem sua especificidade. Qual o modelo, qual o certo, o que é realmente sustentável?

Raimundo Ermino – Quando negociamos com a Natura iríamos receber 0,15%, mas na negociação a Natura propôs 30 mil reais. No final da negociação conseguimos cerca de um milhão e meio de reais, e isto vai garantir a base da sustentabilidade da comunidade. Em relação à pergunta sobre o pé de igualdade, ainda faltam muitos degraus a serem alcançados, principalmente no campo das negociações.

Em resposta à pergunta sobre o acesso das quebradeiras de coco aos produtos da Natura, nós não consumimos os produtos industrializados na linha de cosméticos. Os preços deles são altos demais para o poder aquisitivo das famílias nas comunidades. Mas nós consumimos um produto que é beneficiado dentro da comunidade pelo grupo de mulheres, que é o sabonete de babaçu livre produzido na comunidade.

Fábio Abdala – Nós estamos numa fase de transição. As soluções passam por um diálogo plural onde há interesses e conflitos. Os setores interessados na sustentabilidade devem trabalhar juntos. As próprias empresas estão investindo na formação do seu pessoal na área de sustentabilidade.

Em Juruti Velho estamos discutindo com ARCOJUVE, que é uma organização forte, sobre a metodologia dos princípios de compensações. Os royalties são obrigatórios, mas diante de uma indefinição fundiária não se sabia para quem pagar. Então juntos decidimos que a melhor maneira de usar o recurso deveria ser na área mesmo, ao invés de depositar em uma conta da União que não necessariamente usaria os recursos para melhoria da área da comunidade. Nesse processo em Juruti o MPE se desqualificou como mediador, pois endemonizou uma das partes. Reconheço o trabalho do MPE, mas ele não é o mediador mais qualificado para esse processo.

Eliane Moreira – A empresa geralmente coopta e fabrica lideranças para favorecer as decisões ao seu favor. Em Juruti os problemas deveriam ter sido levados em consideração nos EIA/RIMAS. O MPE começou a discutir em 2005 com reuniões na ALCOA e sentou para discutir o EIA/RIMA deles que não tinha a matriz de impacto social. O MPE queria fazer um acordo para modificar o EIA. Nós viramos autores de uma ACP contra a empresa. A principal crítica é que a comunidade geralmente já está no meio das negociações sem serem consultadas previamente para participar do processo.

Raimundo Moraes – Existem muitos conflitos jurídicos entre as empresas. O que estamos fazendo em Barcarena é um esforço de criar um processo mais amplo, com a participação dos diferentes atores. As empresas não podem dirigir a sociedade, elas têm que ser controladas.

Fábio Abdala – Em 2005 a ALCOA apresentou um EIA que foi amplamente discutido em audiências públicas. Nós fizemos várias tentativas de mitigar os problemas ambientais e sociais causados pela empresa. O Estado é quem deve fazer as políticas públicas, mas hoje as empresas vêm ocupando o papel do Estado. A autoridade ambiental é a SEMA. A mina de Juruti cumpriu todas as condicionantes impostas pelo órgão ambiental. Varias coisas ditas pelo MPE são impressionismos. A

comunidade é representada pelas organizações civis que estão lá, como os STRs e o grupo de mulheres.

Apresentação de Pedro Henrique da TV Navegar (não prevista na agenda)

Existe uma grande diversidade nos povos da Amazônia. A Internet aparece como uma grande ferramenta. A TV Navegar é um site que se propõe ser um veículo de informação para os povos ribeirinhos. Nós formamos “videoastas” indígenas. A idéia é que os povos indígenas e tradicionais possam ser os produtores dos seus conteúdos e usem um canal aberto como a TV Navegar para disponibilizar os seus vídeos. www.tvnavegar.com.br

4. Avaliação e Resultados dos Cursos de Capacitação em Captação de Recursos e M&A da USAID: Neusa Zimmermann (Consultora)

- Nós realizamos os dois cursos sobre Monitoramento e Avaliação e Captação de Recursos em quatro cidades (com instituições que apoiaram): Belém (IPAM), Porto Velho (Centro de Formação), Rio Branco (SOS Amazônia) e Brasília (UPIS).
- Participantes: 171 pessoas, 73 pessoas de ONGs, 22 de instituições públicas, duas de assessoria parlamentar, 65 pessoas de entidades parceiras e nove de entidades diversas.
- Captação de Recursos (79 participantes): O objetivo foi capacitar os participantes para o acesso a fontes de recursos que possibilitem novos financiamentos de projetos na Amazônia. Em Brasília houve a criação de um grupo pela Internet para compartilhar conhecimentos. Na captação de recursos Agop Kayayan trabalhou com revisão do processo de preparação de projetos, a necessidade de alianças, a relação entre captação e outros aspectos do projeto, o perfil de doadores, como estabelecer parcerias, documentação para captação, como se busca doadores, elaboração de orçamentos, e prestação de contas, contabilidade e auditoria.
- Monitoramento e Avaliação (92 participantes): O conteúdo incluiu uma abordagem geral sobre gestão de projetos, a importância do monitoramento no ciclo do projeto, a cadeia de impactos, conceitos e ferramentas de monitoramento, sistematização de experiências, intercâmbios e construção conjunta de ferramentas práticas de monitoramento.
- Avaliação: No curso de Monitoramento e Avaliação, das 84% que responderam as fichas de avaliação 94% disseram que o conteúdo do curso foi bom. Com relação à auto-avaliação, 87% disseram que tiveram grande entusiasmo e segurança para o compartilhamento dos conhecimentos.

5. PAINEL 3: Povos da Floresta, Conservação e Autonomia: desafios, tendências e oportunidades

Moderador: **Fernando Bittencourt (TNC)**

Expositores:

1) Kleber Karipuna (COIAB): Povos indígenas na Amazônia: Presente e Futuro da humanidade

As discussões de mudanças climáticas, como o novo ouro da Amazônia, a negociação de REDD, crédito de carbono, sempre estão associadas ao que isto vai dar de poder econômico para determinado povo e governo. Várias empresas e bancos começam a exercer assédio grande sobre os

povos indígenas, que não detêm conhecimento técnico sobre este tema. Os povos indígenas precisam ver como se apropriar disso.

Para Copenhague, a COIAB e o movimento indígena prepararam uma carta em um evento sobre mudanças climáticas que fizemos em Manaus, que enfatiza o respeito aos direitos dos povos indígenas e solicita que os benefícios sejam destinados realmente aos povos indígenas que historicamente ajudam a preservar a floresta. O benefício maior deve ser para quem tem histórico de preservação da floresta e não para quem vem desmatando. Queremos que o acordo seja cumprido, e que não seja igual ao protocolo de Kyoto. No mínimo cinco lideranças indígenas da Amazônia vão participar do evento em Copenhague.

2) Miguel Aparício Suárez (OPAN): *Valorização de florestas indígenas nas bacias Purus-Juruá-Jutaí*

A valorização da floresta no Projeto Aldeias envolve três bacias no sul do Amazonas, áreas extremamente preservadas, com os povos Katukina do Bia, Deni, Suruaha e Himerima. O passado desses povos é de intensos intercâmbios com os povos vizinhos. A experiência mais marcante foi a chegada das frentes extrativistas seringueiras. O impacto da sociedade nacional foi violento em algumas áreas. O Purus e o Juruá estavam muito focados no processo de circuito fluvial, que tem perdido relevância devido à criação de novas estradas. Outro desafio é a evasão de aldeias remotas e a vinculação às cidades. A cidade acaba se tornando uma aldeia dessas pessoas, de forma distorcida.

Não temos chance nenhuma de avançar na discussão de REDD sem um esforço estratégico para introduzir esse diálogo com os povos das aldeias. Temos avançado, mas temos que investir mais para conduzir essas discussões técnicas. Estou animado com a perspectiva do REDD+ para não só evitar desmatamento. É importante incrementar a sociobiodiversidade.

3) Rubens Gomes (Rede GTA): *Visão do GTA sobre mudanças climáticas*

Vou fazer uma apresentação sobre direitos, riscos e aspiração de populações da floresta em projetos de REDD e PSA, embasado em uma oficina sobre esses temas que o GTA fez recentemente. As orientações e diretrizes para esses projetos mostram que em relação às formas de compensação por serviços ambientais, o mecanismo deve ser claro, transparente, participativo e adaptado/adaptável a cada realidade. Qualquer repasse em dinheiro pode ser danoso. Não temos que transformar comunidades em sociedades dependentes. Buscamos mais política estruturante incluindo educação, saúde, infra-estrutura, assistência técnica, e financiamento adequado para a floresta.

4) Gilberto Azanha (CTI): *A Floresta em Pé pelas mãos de 'Isolados' e 'Contatados': o conceito de 'frente de proteção etno-ambiental'*

- Na verdade os povos isolados já foram no mínimo contatados. Antes a FUNAI, nas frentes de contato, era pautada por ações meramente pontuais, motivadas por razões externas como a construção de estradas, visando se livrar da presença indígena.
- As frentes de proteção ambiental dão condições para que os povos isolados mantenham o controle de suas áreas. A FUNAI começa a planejar ações não tão pontuais, tais como interditar a área e dar condições para o povo manter sua autonomia lá dentro, com fiscalização e poder de polícia.
- A maneira de lidar a CGII é totalmente diferente de qualquer outra estrutura da FUNAI. As equipes dessas frentes de proteção têm recursos e pessoas capacitadas para atuarem com os povos isolados. Eles têm um planejamento das ações que geralmente funciona.

- O papel da FUNAI é de tomar conta do território, mas ela não tem condição de fazer isso. A FUNAI precisa mudar suas políticas e se reestruturar, passando a trabalhar uma política homogênea para povos indígenas.

5) Almir Surui (ACT): *Gestão da terra indígena Sete de Setembro, do povo indígena Paiter Surui.*

O povo Paiter é nosso nome de verdade, que significa “povo verdadeiro”. Antes do contato, nós tínhamos mais de 5.000 pessoas. Depois, ficaram apenas 290 pessoas. Nosso território se chama Sete de Setembro, com uma área de 247.196 há, dos quais 7% foram desmatados.

Hoje coordeno a Associação Metareilá do Povo Indígena Surui fundada em 1989, que atua na defesa e preservação do patrimônio cultural e territorial. Em 2007 fizemos contato com Forest Trends em São Francisco para iniciar um projeto de carbono com os Surui. Organizamos reuniões com as comunidades e visitas do consultor da Forest Trends. O Presidente da FUNAI apóia o projeto. Houve estudo jurídico indicando nosso direito sobre o carbono.

As seguintes entidades têm acreditado que este pode ser um caminho certo para o povo Paiter: COIAB, Kanindé, IDESAM, IEB, Google, Associação do Povo da Floresta Kaban-ey Surui, USAID, ACT, e Forest Trends.

6) Elias Bigio (FUNAI): *Política de proteção para índios isolados e de recente contato no Brasil*

Quando o SPI foi criado em 1910, a política era de atração para proteção. A FUNAI foi criada em 1967. Em 1987, as frentes passaram a ser de contato e não de atração, e a FUNAI criou um serviço para localizar os índios isolados (CGII). A maneira de lidar da CGII é totalmente diferente de qualquer outra estrutura da FUNAI. Temos na CGII 120 pessoas trabalhando em frentes etno-ambientais cobrindo 14 milhões de ha.

Os isolados são grupos indígenas que não estabeleceram contato com a população nacional. No vale do Jamari, conseguimos demarcar terras indígenas para índios isolados sem fazer contato com eles. A vale do Jamari é uma terra de 4 mil índios conhecidos, e provavelmente um número igual de índios isolados. As ações de embates com madeireiros e pescadores ilegais são muito efetivas. Nessa região não tem ação madeireira, e os índios começam a fazer uma reocupação do território.

6. PAINEL 4: As Mulheres da Floresta: agenda, preocupações e horizontes

Moderadora: **Elsa Mendoza (Consórcio MABE)**

Expositoras:

1) Vanderleide Sousa (CNS-Lábrea): *Mulher com ou sem direito e mudanças climáticas*

Nós colaboramos com o meio ambiente e é de lá que tiramos nossos remédios. Nós também queremos participar da construção das políticas públicas.

2) Miquelina Tukano (UMIAB): *Vida de mulheres indígenas no meio ambiente e visão cosmológica*

- O meu mundo é no Rio Negro, conhecido como cabeça do cachorro. Hoje nós valorizamos a floresta. Antigamente os velhos cuidavam dos filhos desde criança até a vida adulta. Toda a nossa

dieta era feita pelo pajé e nós não sofriamos muito. Hoje não cuidamos bem da saúde e estamos sofrendo. Precisamos trazer nossa medicina de novo.

- Entrei no movimento e vi pouca participação das mulheres. Nós batalhávamos que tínhamos que ser parceiras. Esse ano houve assembleia da COIAB e criamos a UMIAB com apoio da COIAB e a GTZ. Hoje temos quatro coordenadoras eleitas.

3) Maria Adelina de Sousa Chagas (MIQCB): *Impacto dos grandes projetos na vida das mulheres quebradeiras de coco babaçu*

- Apresentou o contexto das políticas extrativistas do babaçu, que serve como complemento da renda para as mulheres.
- O governo do Maranhão apóia grandes empresas estrangeiras para explorar coco babaçu.
- As leis municipais dependem das representações. Conseguimos implementar algumas legislações para o extrativismo do babaçu. A primeira apresentação de lei foi feita no Lago do Junco.
- Foi inventada uma máquina de quebrar coco que ganhou prêmios, mas a máquina serra o coco e nós perdemos a melhor parte do babaçu. Vamos implementar uma máquina e tentar adaptá-la para nossa realidade.

4) Fátima Cristina da Silva (CNS): *Mulheres da floresta e sustentabilidade*

- Quando o CNS nasceu a maioria dos participantes eram homens. Ao longo dos anos foi aumentando a participação das mulheres. Em 1995 foi criada a secretaria de articulação das mulheres extrativistas, representando castanheiras, quebradeiras de coco e marisqueiras.
- É uma preocupação das mulheres encontrarem espaços em suas agendas para participar de GTs. Existem tantos GTs para construção de políticas públicas que as lideranças se sentem sufocadas. As mulheres precisam ter 50% de representação nos GTs, mas isso não acontece. A maioria das mulheres ainda precisa se capacitar para ter mais potencial de brigar pelos seus direitos. Dentro das RESEXs existem muitos casos de violência. Estamos realizando um projeto que trabalha a não violência contra as mulheres.
- Estamos trabalhando a política de saúde, o SUS. No Purus estamos lidando com um surto de hepatite. Também engajamos em uma discussão sobre DSTs e conseguimos fazer com que fossem distribuídas camisinhas nas comunidades.

Debate

Elias – Sobre os impactos das comunidades indígenas na região da Transamazônica, a FUNAI recebeu o projeto para fazer manifestação sobre o EIA/RIMA que ainda está sob análise. Precisamos agilizar a demarcação independente do estudo concluído. Missões religiosas não atuam com povos isolados. Hidrelétricas não estão sendo construídas em terras indígenas.

Kleber – Com a chegada de Copenhague e com o apoio dos parceiros temos tentado levar essas discussões para os movimentos indígenas. Já estamos fazendo alguns cursos para entender melhor essa questão temática e política. Mas é necessário fazermos umas capacitações mais técnicas. Em relação à FAS, apesar da COIAB fazer parte do conselho, é uma ação que ainda não está na prática, e não dá para avaliar.

Almir – Tentamos buscar apoio nas universidades para conseguir bolsas integrais. Em Porto Velho conseguimos com duas universidades. Eles dão bolsa e nós garantimos a manutenção do aluno da cidade. O apoio da FUNAI ainda é pouco e de difícil acesso, só beneficiou quatro índios em todo território nacional. Também procuramos as ONGs que apóiam nossos estudantes, mas os estudantes têm que ter o compromisso de voltar para a comunidade e ficar lá para aplicar a tecnologia.

7. **PAINEL 5: Origem Responsável e Compra Responsável**

Moderador: **Estevão Braga (WWF Brasil)**

Expositores:

1) Adriana Imparato (Rede Amigos da Amazônia da FGV): *Consumo responsável de madeira no Brasil.*

- A rede Amigos da Amazônia nasceu de um programa do Greenpeace. Temos um núcleo gestor na FGV, conselho consultivo com ANAMMA, Greenpeace, grupo de produtores florestais certificados da Amazônia, GTA, ICLEI, WWF, com apoio da USAID.
- Temos dois programas: Cidade Amiga da Amazônia (com 42 cidades), e Estado Amigo da Amazônia.
- O projeto piloto em São Paulo iniciou em 2006. Em 2007 enfocou no monitoramento e controle do tráfego e comercialização da madeira nativa, treinamentos para a polícia ambiental; em 2008, nasceu o CAD Madeira, em que o estado só pode comprar madeira de acordo com o cadastro com *check list*. Houve capacitação para que os depósitos organizem a madeira, e os municípios passarão a fiscalizar os depósitos.
- Participamos do programa madeira legal. Os setores do comércio madeireiro passaram a se considerar como parte importante do processo. Evolução desejada do consumo partindo da madeira de origem desconhecida, ilegal ou predatória; indo para madeira origem autorizada; passando para madeira controlada FSC até a madeira certificada FSC.
- Ações de estímulo à adesão do programa madeira legal vêm sendo desenvolvidas com a GFTN--a maior rede global de floresta e comércio em todo mundo, com produtores florestais, indústria, comércio. Trabalha com a GFTN produtores, indústria (processadores) e distribuidores e a gente trabalha com as políticas públicas de apoio.

2) Adnan Demachki (Prefeito de Paragominas): *Município Verde produzindo de forma responsável.*

O município de Paragominas tem dois milhões de ha, dos quais 45% estão desmatados e 55% com florestas. Paragominas tem o objetivo de fortalecer um grande pacto para o desmatamento zero, tornando uma cidade de carbono neutro:

- Firmamos um pacto para não desmatar mais e mitigar passivos ambientais;
- Passamos a estimular o reflorestamento com 50 milhões de árvores plantadas;
- Estabelecemos as metas do decênio (a partir de 2007 até 2017);
- Implantamos nas escolas municipais a educação ambiental;
- Construimos um parque ambiental municipal e uma central de recolhimento de embalagens de agrotóxicos;
- Parceria com o IMAZON que faz o monitoramento mensal do desmatamento por satélite em tempo real, mostrando os focos de desmatamento. Imediatamente o técnico vai a campo validar e se for verdadeira denuncia para o IBAMA. Conseguimos reduzir o desmatamento em 86% de agosto de 2008 – agosto 2009;
- O Sindicato Rural esta desenvolvendo um projeto de boas práticas agropecuárias. As empresas estão estimuladas a buscar as certificações. Estamos estudando incentivos fiscais para as empresas que colaboram com o município verde.

3) David Cleary (TNC): *Commodities agrícolas e meio ambiente no Brasil: Passado e Futuro*

- Há a idéia de que o que está causando o desmatamento é a globalização, mas o que move o mercado brasileiro é o mercado doméstico: $\frac{3}{4}$ da produção de carne no Brasil está sendo consumida domesticamente. O etanol também é outro exemplo.

- O “xis” da questão do trabalho com empresas é um sistema de monitoramento efetivo. Ele pode controlar, quem, quando, quanto e por quê. O sistema de monitoramento impacta não só o indivíduo que o adota, mas também os vizinhos são atingidos; isso ocasiona a possibilidade de um salto de governança. Sem sistema de monitoramento é impossível fazer isso.
- Os compromissos assumidos pelos frigoríficos são muito importantes. Aconteceu esse ano com os frigoríficos e com o setor da pecuária. É o evento mais importante para o futuro da região.

4) Charton Jahn Locks (Aliança da Terra): *Cadastro de compromisso socioambiental*

- Aliança da Terra é uma ONG de produtores rurais brasileiros. Unimos os produtores com cientistas para juntos chegarmos a uma produção ótima.
- O IPAM faz o monitoramento das propriedades das fazendas. Criamos o cadastro voluntário de compromisso socioambiental (CCS), para produtores que tenham interesse em melhorar a gestão ambiental de sua fazenda e vão receber apoio no controle e monitoramento.
- Existem algumas etapas para o CCS, e os proprietários decidem, de acordo com seu ritmo, o que cada um tem condição de fazer. Em relação ao fogo a redução tem sido excelente. Aproximadamente 64% das famílias estão em conformidade com os objetivos compromissados. Temos aproximadamente 200 fazendas cadastradas e não tivemos nenhum ha de terra desmatado nessas fazendas após o nosso monitoramento.

5) Ocimar Vilella (Marfrig): *Responsabilidade sócio ambiental na pecuária bovina*

- A grande questão do desmatamento é a pecuária. O perfil do Brasil, com mapas mostrando onde estão os frigoríficos e a concentração do desmatamento: uma relação direta. Com isso começou uma pressão mundial sobre a questão carne. A partir de 22 de julho de 2009 não pode mais desmatar para pecuária, independe se é legal ou ilegal. Como fazer é o problema.
- Verticalizar é chave, e isto deve ser feito por meio da integração agricultura-pecuária. O melhoramento genético é a chave para aumentar a produtividade.
- A sustentabilidade ambiental da unidade produtiva, dentro de um sistema de gestão ambiental, social e segurança do trabalho, com certificação. O que isso significa para Brasil é o acesso privilegiado a mercados e redução do risco de queda da reputação.
- Brasil é o país que produz com mais sustentabilidade no mundo. Argentina não tem a reserva legal, aqui tem. Os outros países também não, a não ser Paraguai.

Debate

Prefeito – Em resposta à pergunta sobre o foco do desmatamento detectado em um assentamento do INCRA estabelecido em uma área inadequada, a indignação surgiu porque firmamos um pacto voluntário com o Estado e a União, e o INCRA não cumpriu. O município precisa ser notificado em relação às decisões dos entes federativos.

David – Em resposta à pergunta sobre o papel da agricultura familiar, é importante, mas não como estímulo ao desmatamento. O Brasil tem que decidir que tipo de economia quer. Se nos moldes dos EUA, ou se nos moldes da França.

8. PAINEL 6: Conservação e Recuperação de Áreas Degradadas

Moderador: **Sílvio Brienza (EMBRAPA)**

Expositores:

1) John Landers (Associação de Plantio Direto no Cerrado): *Experiências de integração lavoura-pecuária.*

- O REDD é um passo positivo. Mas ele não ataca a expansão da pecuária. A intensificação do uso da terra é uma forma indireta de reduzir desmatamento.
- Podemos recuperar as pastagens misturando o capim com leguminosa. O custo manual é menos de R\$200 por hectare. Essa associação funciona para os pequenos produtores.
- Precisamos de uma convergência de todos no mesmo alvo. O setor agropecuário está disposto a mudar, mas não com chicote. Precisamos ver como incentivar. Se o agricultor não ganha dinheiro a equação não se equilibra.

2) Cássio Alves Pereira (Secretaria de Agricultura - PA): *Campo Cidadão.*

- Público alvo: 250 mil produtores familiares rurais, com 50 mil já beneficiados.
- Objetivos: 1) Conservação ambiental em grande escala, evitando a fragmentação; 2) segurança alimentar, superando vários problemas de distribuição e necessidade de cada região se especializar. Exemplo da região do Xingu: cacau, pecuária de leite.
- Começa a ter resultados envolvendo produtos da agricultura familiar: esse ano o Pará ficou em 2º lugar na produção de cacau, temos aumentado as exportações de suco de frutas, como o açaí, e aumentado a produção de leite.
- Fizemos a previsão de ter remuneração dos serviços ambientais, mas não adianta ficar medindo quantidade de carbono dentro de 250 mil famílias.
- Em resposta à pergunta sobre a viabilidade de dar fosfatos naturais para os agricultores concentrarem sua produção, não fazemos isso porque não temos fósforo aqui e o custo é elevado. Temos redução do ICMS com o calcário, mas não adianta com fósforo.

3) Jorge Yared (IDEFLOR): *Programa Um Bilhão de Árvores*

O Programa Um Bilhão de Árvores, dentro de cinco anos, está baseado em 10 elementos: 1) ZEE, 2) Cadastro ambiental rural, 3) Regularização ambiental dos imóveis rurais, 4) ICMS ecológico, 5) Sistema público de financiamento, 6) Incentivos econômicos para a recuperação de serviços ambientais, 7) Regularização ambiental das indústrias de base florestal, 8) Legalidade para as indústrias que reflorestam com espécies nativas, 9) Plano estadual de mudanças climáticas, e 10) Rede de pesquisa e extensão florestal.

Das ações de reflorestamento entre 2008-2009, 238 milhões de árvores foram licenciadas. Para a agricultura familiar foi liberado o plantio de 6 milhões de árvores, trabalhando com o Programa Campo-Cidadão. Em 2009/2010 estamos fomentando a produção de mudas e a concessão de áreas públicas.

4) Eduardo Ditt (IPÊ): *Experiência no Pontal do Paranapanema*

- Região do projeto: Pontal do Paranapanema - SP. Existem grandes fazendas que o governo vinha financiando para depois transformar em assentamentos. Sem planejamento teremos fragmentação das florestas que restam. Em cada propriedade desenhamos uma conexão de maneira que cada corredor ficasse preservado.
- Começamos a estimular os assentados a plantarem viveiros e mudas comunitárias. Utilizamos estratégias de SAFs permanentes e SAFs temporários, onde os próprios assentados cultivam em paralelo ao plantio das árvores até atingir três anos.
- Começamos a pensar em formular projetos de seqüestro de carbono baseados no plantio de floresta. Em resposta às oportunidades de mercado voluntário de carbono, criamos a empresa ARVORAR que faz os cálculos e a comercialização dos créditos de carbono.

Debate

Eduardo – Os custos de recuperação de áreas degradadas variam de R\$4 a 20 mil/ha, com maior variável devido à manutenção por 2 a 3 anos, que pode ser reduzido em parcerias com proprietários.

Jorge – Para estimular a produção de árvores nativas e não apenas exóticas, fizemos um primeiro treinamento nas terras indígena no Alto Guamá. Criamos uma demanda local para o reflorestamento e devemos criar um mercado para a produção de mudas de espécies nativas. O reflorestamento não é só pelas empresas e sim pelas comunidades.

9. CONCLUSÕES E AVALIAÇÃO

O tema da reunião foi oportuno e pertinente, em face das atuais discussões a nível nacional e internacional sobre REDD, serviços ambientais, e valorização das florestas.

Embora a reunião da USAID tenha concorrido com outros eventos de relevância para a região amazônica, ela contou com ampla participação e foi muito bem sucedida. Os outros eventos que ocorreram na mesma data em Belém foram o III Encontro do Fórum Amazônia Sustentável - enfocando no tema de que as mudanças climáticas vão determinar a nova economia na Amazônia – e o Primeiro Diálogo de Campo sobre Prontidão para REDD, organizado pela instituição denominada The Forests Dialogue.

A ficha de avaliação foi devolvida por 39 dos 106 participantes. A tabulação das respostas revelou que o ambiente foi considerado bom pela maioria, assim como o espaço disponível e a organização do evento. 90% consideraram o evento muito relevante para seu desenvolvimento profissional, e 99% disseram que conseguiram ampliar seu conhecimento através do evento, principalmente com relação a questões indígenas e REDD. O nível profissional dos palestrantes/expositores foi considerado excelente por todos, e também a qualidade, variedade e grau de aprofundamento dos temas abordados nos diferentes painéis.

As principais ressalvas expressas nas avaliações dos participantes foram relacionadas ao grande número de painéis e/ou expositores por painel. Os comentários que mais se repetiram foram relativos à falta de tempo para debates. A agenda das próximas reuniões deve prestar mais atenção a este aspecto, e o número de painéis, sessões e palestrantes devem ser mais bem equacionados e equilibrados.

Sobre encaminhamentos, seguem alguns comentários dos participantes:

- Os encaminhamentos desta reunião serão baseados no que foi falado, nas chuvas de idéias, pensando no coletivo de forma integrada e planejada, por todos os mecanismos de governança a nível mundial.
- Os resultados do evento devem ser utilizados para uma análise subjetiva, com o objetivo de fortalecer os debates nas organizações de base para a sensibilização/conscientização desses atores no processo, assim como para subsidiar discussões de políticas setoriais sobre os assuntos abordados.
- Foi um espaço de fortalecimento importante para os povos da Amazônia.
- Não identifiquei encaminhamentos significativos fomentados pela dinâmica do evento, mas achei que a reunião foi bem interessante em termos de rede e troca de experiências.

- Não vi encaminhamentos diretos, no entanto várias mensagens foram transmitidas, tanto para o governo como para financiadores, e também para os movimentos sociais e ONGs.
- A programação não previu um momento específico para encaminhamentos.

Em termos de nota de avaliação da reunião, 15% deram nota 1 (excelente), 77% deram nota 2 (muito bom), e 8% deu nota 4 (fraco). A grande maioria (90%) ficou dividida entre pessoas que já participaram das reuniões anuais do Programa de Meio Ambiente da USAID menos de 10 vezes, e pessoas que estavam participando pela primeira vez.

10. Visita de Campo a Paragominas, Pará

A visita de campo a Paragominas ocorreu no último dia da reunião (30 de outubro de 2009), e foi motivada principalmente pela excelente exposição do Prefeito Adnan Demachki sobre o programa “Município Verde”, no painel sobre Origem Responsável e Compra Responsável. A experiência de Paragominas tem sido bem sucedida na redução desmatamento mediante forte apoio público e privado para a utilização de práticas de produção responsáveis e esforços para eliminar a extração ilegal de madeira. Durante a visita os 25 participantes que foram tiveram a oportunidade de ver experiências integradas de agricultura e pastagem, uma área reflorestada, uma fábrica de pisos de madeira, e o Parque Ambiental da cidade.

Em 2010 a USAID/Brasil apoiará a implementação de um sistema efetivo de registro das propriedades rurais de Paragominas, em parceria com a TNC.

ANEXO 1

AGENDA

TEMA

A VALORIZAÇÃO DA FLORESTA EM TEMPOS DE MUDANÇAS

Dia 27/10 – terça-feira**Tarde**

13h00 -18h00 – Chegada dos participantes e entrega de materiais da reunião

Noite

19h00 - 23h00 – Abertura do evento (com a presença de autoridades a confirmar) e coquetel de Boas Vindas – SPAZZIO VERDI

Dia 28/10 – quarta-feira**Manhã**

08h00 - 08h20 – Notas de Abertura: **Eric Stoner** (USAID)

08h20 - 08h40 – Falas de eventuais autoridades presentes (a serem confirmadas)

08h40 - 09h00 – Explicação sobre a dinâmica do Encontro: **Elza Suely Anderson**

09h00 - 09h20 – Visão Geral do Programa de Meio Ambiente no Brasil
Eric Stoner (USAID)

09h20 - 09h40 – Resultados e Perspectivas do Programa de Meio Ambiente no Brasil
Elke Costanti (USAID)

09h40 - 10h30 – **Palestra Principal**
“A Valorização da Floresta em Tempos de Mudanças”
Tasso de Azevedo Rezende (MMA)

10h30 - 12h30 – **Painel 1: REDD - Tendências e oportunidades**

Moderador:

- **Anthony Anderson**

Expositores:

- **Tasso Rezende Azevedo** (MMA)

- **Paulo Moutinho** (IPAM) *Brasil: O berço do REDD.*

- **Brenda Brito** (IMAZON): *Governança florestal para REDD.*

- **Anthony Anderson** (WWF): *Política de REDD no estado do Acre.*

12h30 – 14h00 – Almoço

Tarde

14h00 - 16h30 – **Painel 2: Relação entre Comunidades, Empresas e Recursos Naturais na Amazônia**

Moderador:

- **Manuel Amaral** (IEB)

Expositores:

- **Andréa Travassos** (IPÊ): *Marketing relacionado a causas.*
- **Julio Gonchorosky** (ICMBio): *Ecoturismo em áreas protegidas.*
- **Raimundo Ermino Neto** (COOPALJ): *Empresas, comércio justo e fortalecimento de comunidades no Médio Mearim maranhense.*
- **Fábio Abdalla** (Alcoa): *Juriti Sustentável: proposta de modelo de desenvolvimento local.*
- **Raimundo Moraes** (Ministério Público): *Controle público e desenvolvimento de capacidades: controle social x controle estatal.*
- **Eliane Moreira** (Ministério Público): *Visão sobre essas parcerias.*

16h30 – 17h00 – Coffee Break

17h00 - 18h00 – **Apresentação sobre Avaliação e Resultados dos Cursos de Capacitação em Captação de Recursos e M&A da USAID**
Neusa Zimmermann (Consultora)

Dia 29/10 – quinta-feira

Manhã

08h00 - 10h30 – **Painel 3: Povos da Floresta, Conservação e Autonomia: desafios, tendências e oportunidades**

Moderador:

- **Fernando Bittencourt** (TNC)

Expositores:

- **Kleber Karipuna** (COIAB): *Povos indígenas na Amazônia: Presente e Futuro da humanidade.*
- **Miguel Aparício Suárez** (OPAN): *Valorização de florestas indígenas nas bacias Purus-Juruá-Jutaí.*
- **Rubens Gomes** (Rede GTA): *Visão do GTA sobre mudanças climáticas.*
- **Gilberto Azanha** (CTI): *A Floresta em Pé pelas mãos de 'Isolados' e 'Contatados': o conceito de 'frente de proteção etno-ambiental'.*
- **Almir Surui** (Associação Metareilá): *Gestão da terra indígena Sete de Setembro, do povo indígena Paiter Surui.*
- **Elias Bigio** (FUNAI): *Política de proteção para índios isolados e de recente contato no Brasil.*

10h30 - 12h30 – **Painel 4: As Mulheres da Floresta: agenda, preocupações e horizontes**

Moderadora:

- **Elsa Mendoza** (Consórcio MABE)

Expositoras:

- **Vanderleide Sousa** (CNS-Lábrea): *Mulher com ou sem direito e mudanças climáticas.*

- **Miquelina Tukano** (UMIAB): *Vida de mulheres indígenas no meio ambiente e visão cosmológica.*

- **Maria Adelina de Sousa Chagas** (MIQCB): *Impacto dos grandes projetos na vida das mulheres quebradeiras de coco babaçu.*

- **Fátima da Silva** (CNS): *Mulheres da floresta e sustentabilidade.*

12h30 - 14h00 – Almoço

Tarde

14h00 - 16h00 – **Painel 5: Origem Responsável e Compra Responsável**

Moderador:

- **Estevão Braga** (WWF Brasil)

Expositores:

- **Adriana Imparato** (FGV): *Consumo responsável de madeira no Brasil.*

- **Adnan Demachki** (Prefeito de Paragominas): *MUNICÍPIO VERDE- Produzindo de forma responsável.*

- **David Cleary** (TNC): *Commodities agrícolas e meio ambiente no Brasil: Passado e Futuro.*

- **Charton Locks** (Aliança da Terra): *Cadastro de compromisso socioambiental.*

- **Ocimar Vilella** (Marfrig): *Responsabilidade sócio ambiental na pecuária bovina.*

16h00 - 18h00 – **Painel 6: Conservação e Recuperação de Áreas Degradadas**

Moderador:

- **Sílvio Brienza** (EMBRAPA)

Expositores:

- **John Landers** (Associação de Plantio Direto no Cerrado): *Experiências de integração lavoura-pecuária.*

- **Cássio Alves Pereira** (Secretaria de Agricultura - PA): *Campo Cidadão*

- **Jorge Yared** (IDEFLO): *Programa Um Bilhão de Árvores*

- **Eduardo Ditt** (IPÊ): *Experiência no Pontal do Paranapanema*

18h00 - 18h30 – Avaliação da Reunião

Dia 30/10 – sexta-feira

VISITA DE CAMPO

05h: **Saída** Belém / Paragominas
Local: Lobby Belém Soft Hotel

06h / 06h30: **Parada Café da Manhã**

09h: **Chegada** em Paragominas (previsão)

09h - 12h00: **Visita à Fazenda Vitória**
Experiência integração lavoura e pasto

12h30 – 13h30: **Almoço**

13h30 – 15h: **Visita à Área de
Reflorestamento**

15h – 16h: **Visita Indústria de Pisos de
Madeira**

16h30 – 18h: **Visita ao Parque Ambiental
de Paragominas**

Projeto Município Verde da Prefeitura e
Apresentação Indígena



18h00 – 19h00: **Jantar**

19h00: **Saída** Paragominas / Belém

23h: **Chegada** em Belém (previsão)

* Teremos à disposição no ônibus:

- Água,

- Sucos, biscoitos e frutas,

-DVD player, caso tenha algum vídeo sobre
projetos e etc., poderá apresentá-lo.

Sugestões:

No dia 31 à noite ocorrerá a Abertura das
Olimpíadas Indígenas 2009.

A cidade estará muito movimentada.

Hotel: Avenida Fone: (91) 3729-1028

Bela Vista Fone: (91) 3729-3929

(reservas deverão ser antecipadas)

Ônibus de linha: Viação Boa Esperança:

Fone: (91) 3228 3107

(valor: R\$ 30,00 – 05 horas de viagem)

ANEXO 2

LISTA DE SIGLAS

ACT	Equipe de Conservação da Amazônia
ACP	Associação Comercial do Pará
ALCOA	Indústria de Alumínio
ANAMMA	Associação de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
ASSEMA	Associação de Áreas de Assentamento do Maranhão
CCS	Compromisso de Cadastro Socioambiental
CGII	Coordenação Geral de Índios Isolados
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPALJ	Cooperativa Agroextrativista de Lago do Junco
COOPAESP	Cooperativa Agroextrativista de Esperantinópolis
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FSC	Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GFTN	Rede Global de Floresta e Comércio
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GT	Grupo de Trabalho
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente de dos Recursos Naturais
IBD	Instituto Brasileiro de Biodiversidade
ICLEI	Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICV	Instituto Centro de Vida
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
M&A	Monitoramento e Avaliação
MABE	Manejo Ambiental de Bacias e Estradas
Marfrig	Indústria de Alimentos
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
ONG	Organização Não-Governamental
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PARNA	Parque Nacional
PMP	Plano de Monitoramento de Desempenho
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
REDD	Redução de Emissões oriundas do Desmatamento e da Degradação Florestal
RESEX	Reserva Extrativista
SAF	Sistema Agroflorestal
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
TI	Terra Indígena
TNC	The Nature Conservancy
UC	Unidade de Conservação
UMIAB	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
UPIS	Faculdades Integradas de Brasília, DF
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
ZEE	Zoneamento Econômico e Ecológico
WRI	World Resources Institute
WWF	World Wildlife Fund